

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012  2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2015

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
DO PPA 2012-2015**
ANO BASE 2015

**VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS**

Brasília - DF
2016

SUMÁRIO

PROGRAMA:2012 – Agricultura Familiar.....	5
PROGRAMA:2013 – Agricultura Irrigada.....	25
PROGRAMA:2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	39
PROGRAMA:2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).....	62
PROGRAMA:2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.....	108
PROGRAMA:2017 - Aviação Civil.....	124
PROGRAMA:2018 – Biodiversidade.....	141
PROGRAMA:2019 - Bolsa Família.....	158
PROGRAMA:2020 - Cidadania e Justiça.....	171
PROGRAMA:2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.....	191
PROGRAMA:2022 – Combustíveis.....	218
PROGRAMA:2023 - Comércio e Serviços.....	235
PROGRAMA:2024 - Comércio Exterior.....	253
PROGRAMA:2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia.....	272
PROGRAMA:2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.....	295
PROGRAMA:2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.....	310
PROGRAMA:2028 - Defesa Agropecuária.....	332
PROGRAMA:2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.....	354
PROGRAMA:2030 - Educação Básica.....	379
PROGRAMA:2031 - Educação Profissional e Tecnológica.....	399
PROGRAMA:2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	412
PROGRAMA:2033 - Energia Elétrica.....	429
PROGRAMA:2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	450
PROGRAMA:2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos.....	466
PROGRAMA:2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.....	480
PROGRAMA:2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	495
PROGRAMA:2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.....	506
PROGRAMA:2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.....	519
PROGRAMA:2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.....	534
PROGRAMA:2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.....	548
PROGRAMA:2042 - Inovações para a Agropecuária.....	564
PROGRAMA:2043 - Integração Sul-Americana.....	578

PROGRAMA 2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Visão geral do programa e seus principais atributos

O Programa Temático 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos foi o vetor principal das políticas públicas executadas pelo Ministério do Esporte no período do PPA 2012-2015.

De maneira geral, o programa 2035 congregou as prioridades do Ministério do Esporte no horizonte 2012-2015 em seus objetivos e metas, e identificou como mecanismos de aferição dos resultados um grupo de 6 indicadores. Por problemas relacionados à fonte das informações, apenas 2 dos 6 indicadores chegaram a 2015 abastecidos com dados que permitem o acompanhamento da evolução dos resultados do programa. São eles:

- Indicador: Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC
- Indicador: Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE

Com relação ao primeiro indicador, o acesso ao esporte nas escolas públicas é um exemplo da transversalidade da temática esportiva. A parceria institucional com o MEC nas escolas de educação básica participantes do Programa Mais Educação é considerada fundamental e chegou a alcançar 85% das escolas participantes em 2012. A partir desse ano, os números caíram em virtude de diversos fatores, como redução da disponibilidade orçamentária e também o menor número de adesões de novas escolas, assim como a inadimplência de escolas participantes do programa, resultando em uma taxa de 35,43% em 2015.

A Lei de Incentivo ao Esporte - LIE, tema do segundo indicador, é um importante mecanismo para a diversificação dos recursos em prol do fomento ao esporte no país. A lei permite que empresas abatam do cálculo de seus impostos devidos à fazenda pública recursos para aplicação em projetos esportivos que atendam aos critérios estabelecidos. No tocante a esse indicador, observou-se um crescimento constante no PPA, iniciando 2012 com um volume apurado de R\$ 211,9 milhões até alcançar o patamar de R\$ 247,6 em 2015.

1.1 Visão dos Principais Atributos do Programa

1.1.1 Ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer - cidadania, inclusão social e qualidade de vida

Com relação aos objetivos e metas do PPA 2012-2015, o seu conjunto reflete o tratamento dos temas de maior relevância para o Ministério do Esporte. Nesse sentido, a ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer, temas do objetivo 0669, foram traduzidas em uma série de resultados significativos para a inserção da prática

esportiva como elemento integrante da melhoria das condições de cidadania brasileira ao longo desse período.

Como exemplo de políticas públicas dedicadas a esse desafio temos os Programas Segundo Tempo – PST; o Esporte e Lazer da Cidade – PELC e o Vida Saudável.

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens o acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Nesse sentido, o programa promove a democratização da atividade esportiva educacional, incentivando o acesso de crianças, adolescentes e jovens às práticas de esporte e lazer, sem qualquer distinção ou discriminação de cor, raça, gênero ou religião, contribuindo para a tolerância às diferenças culturais e sociais.

Apesar do alcance de um número expressivo de beneficiários do PST, alguns fatores afetaram o atingimento da meta original de 7,4 milhões de crianças, adolescentes e jovens: 1) houve um redirecionamento da gestão para maior concentração dos recursos do Programa para a ampliação da parceria com o Mais Educação (MEC), por entender ser mais estruturante a democratização do Esporte na composição da política de educação integral; 2) não houve disponibilidade orçamentária compatível com a ampliação de beneficiados de 50% ao ano a partir do exercício de 2012, o que comprometeu o seu cumprimento integral até o final do PPA – ano 2015.

Ainda com relação ao objetivo de ampliação e qualificação do acesso, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportunizou o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

O Programa Vida Saudável, por sua vez, promoveu o acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer. Até o exercício de 2012 o programa Vida Saudável era um núcleo do PELC. Somente a partir de 2013 é que foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer.

Da mesma forma que o PST, o PELC e o Vida Saudável alcançaram números expressivos, embora tenham tido suas metas originais impactadas pela queda no volume de recursos disponíveis no período 2012-2015. Em todas as metas ainda é possível perceber um desequilíbrio regional. De maneira geral, observa-se as regiões norte e centro-oeste com atendimento inferior, o que pode ser explicado pela menor capacidade técnica dos setores ligados ao esporte e ao lazer nessas regiões, bem como a difusão e o fomento do setor.

O desenvolvimento desses Programas Sociais (PST, PELC e Vida Saudável) também produziu como resultado um fortalecimento das parcerias interministeriais. A experiência angariada contribuirá para a evolução dessas políticas no próximo período, como, por exemplo, o estabelecimento de novas diretrizes que contemplem formatos de

celebração para atender às diferentes realidades locais, na perspectiva do aprimoramento e da ampliação de atendimento, transformando esses programas em tecnologias sociais que possam ser desenvolvidas por gestores governamentais de forma contínua.

1.1.2 COPA DO MUNDO FIFA 2014

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil de acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. O resultado dos investimentos da Copa do Mundo em receitas foi na ordem de USD 7.2 bilhões, abrangendo a criação de 14 milhões de postos de trabalho nos últimos quatro anos de preparação para o evento, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público e pela mídia.

A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste País em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, tema do objetivo 0686, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado.

A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 mais modernas arenas do Brasil – sete das quais ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores, o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia com a ausência de problemas de mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento recorde nos aeroportos da Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação dos Centros Integrados de Comando e Controle, que unificou os esforços das polícias e da Defesa e garantiram a paz e a tranquilidade do evento.

Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, devendo-se ainda considerar as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo.

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento, execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014.

A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, intervindo, quando necessário, junto ao órgão participante do GECOPA que detivesse a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bilhão de divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014, tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

1.1.3 FUTEBOL PROFISSIONAL E DEFESA DO DIREITO DO TORCEDOR

Com o encerramento da Copa do Mundo, apesar do resultado dentro de campo não ter atendido ao desejo de nossos torcedores, ainda podemos afirmar que o futebol é, sem dúvidas, a grande paixão dos brasileiros. O Brasil se destaca, sobretudo, por ser um grande celeiro de novos talentos e o ME atuou para tornar o esporte cada vez mais acessível, democrático e igualitário em todo o país. Mais do que ser popular, o futebol - enquanto oportunidade de vida, saúde e inclusão social - deve ser para todos.

Na Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor, o Ministério do Esporte tem como uma de suas prioridades a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança do torcedor nos estádios. Dessa forma, foram promovidos diálogos e debates com todos os setores, entidades e órgãos ligados direta ou indiretamente ao futebol, em nível regional e nacional ao longo do período 2012-2015. Entre os objetivos centrais dos encontros está a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

A campanha #GritoDePaz foi lançada com grande apelo entre as torcidas, os clubes, atletas e *on line*; teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para a construção de uma política e cultura de paz nos espetáculos esportivos.

Foram lançados novos modelos de laudos técnicos para estádios e arenas com melhorias importantes na aplicabilidade do instrumento, o que é uma exigência do Estatuto do Torcedor. Do mesmo modo, foram consolidadas ações para inauguração do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios - SISBRACE, e ainda o aplicativo OLHEIROS, que possibilitará a interação do público com os gestores e autoridades responsáveis pelas condições de segurança, acessibilidade e conforto dessas instalações. Assim, o torcedor poderá opinar e expressar todas as suas necessidades na utilização dos estádios, em tempo real.

A temática da Qualificação da Gestão do Futebol teve como marco a implementação em 2015 do PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, após a promoção de discussões desde 2012. A Medida Provisória se transformou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que estabelece princípios e práticas

de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

O Art. 19 da Lei do PROFUT criou, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte, a APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol, composta por representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento. Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo Art. 19, que delibera a disposição sobre a organização e o funcionamento da APFUT ser realizada por meio de Decreto do Poder Executivo federal, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016.

No exercício de 2015 foram publicados 4 (quatro) Editais voltados ao fomento do Futebol como ação de Política Pública, sendo o desenvolvimento do futebol feminino o maior beneficiário em volume de recursos. Outros projetos, como o apoio à realização do campeonato Taça das Favelas, no Rio de Janeiro, e o edital de chamamento público para implantação do programa piloto Futebol para Todos, são destaques, também, dessas políticas públicas em desenvolvimento, que tem grande apelo e potencial. Planejado para atender mais de 100 mil pessoas diretamente até 2018, com forte atuação na base - futebol amador, no futebol feminino, e nos campeonatos inclusivos, atendendo todos os estados do Brasil, e diversos municípios, especialmente, com IDH baixo -, o Futebol para Todos teve sua primeira atuação em 2015 como projeto piloto, e rapidamente se consolidou como um programa oficial do Ministério.

1.1.4 APOIO À PREPARAÇÃO DE ATLETAS, DA BASE À EXCELÊNCIA ESPORTIVA, COM QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO, MELHORIA E ARTICULAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, foram intensificadas as ações voltadas à preparação dos atletas brasileiros – tema do objetivo 0676 - através de parcerias com as entidades nacionais da administração do esporte (confederações, comitês, clubes), universidades, entes públicos federais, estaduais e municipais por meio de convênios e projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais da área esportiva. Cabe ressaltar que através das parcerias firmadas foram apoiados diretamente 98% das modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Merece destaque nesse período o crescimento do Programa Bolsa Atleta, que completou em 2015 dez anos e é considerado o maior programa de patrocínio individual do mundo. Criado com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais de 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R\$ 600 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico, além da categoria Atleta Pódio que foi lançado através do Plano Brasil Medalhas com a finalidade de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos

Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos “Rio 2016”. Desde 2013 quando entrou em vigor, a categoria Atleta Pódio já contemplou a aproximadamente 311 atletas, no período de 2013 a 2015. Destaca-se que o programa apoiou anualmente 100% dos atletas que se inscreveram e atenderam todos os requisitos estipulados nos editais durante a vigência do PPA 2012-2015. Em 2012 foram 5.742 contemplados, sendo que em 2015 esse número chegou a 7.132.

Uma boa medida do impacto do programa Bolsa Atleta ocorreu nos Jogos de Toronto 2015, principal competição multiesportiva de 2015 para as equipes que vão disputar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Dos 862 atletas convocados para o Pan-Americano e Parapan-Americano de Toronto, 675 são apoiados pelo programa do governo federal, o que correspondeu a 78,4% das delegações.

Das 141 medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, 121, ou 85,8%, vieram de atletas e equipes que recebem bolsas do governo federal. Ao todo, 243 medalhistas são bolsistas, entre os 303 atletas brasileiros que subiram ao pódio na competição.

Já nos Jogos Parapan-Americanos, o Brasil se consolidou como a primeira potência das Américas e fortaleceu os planos rumo à classificação entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio em 2016. Pela terceira vez seguida, os brasileiros ficaram em 1º lugar no quadro geral de medalhas. Das 257 medalhas no Parapan, 254 foram conquistadas por bolsistas do governo federal, o que corresponde a 98,8% do total. Dos 215 atletas medalhistas, 199, ou 92,5%, são bolsistas.

Os dados do programa Bolsa Atleta demonstram uma constante evolução, tanto no volume de recurso investido quanto no processo de contemplação, consolidando a efetiva contribuição do programa para a elevação do padrão de qualidade do desporto de alto rendimento desenvolvido no país.

Contribuiu ainda para a ampliação do legado esportivo no país a Rede Nacional de Treinamento. Esta foi estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais. Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, a outras que estão com obras em andamento e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas. Até 2015, foram concluídas quatorze instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo. A Rede Nacional conta com 31 universidades, três clubes, três instalações militares, três complexos multiesportivos, cinco instalações estaduais, sete instalações municipais e uma instalação federal, além da previsão de 254 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

O Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) também foi uma importante ação – iniciada em 2012. O Programa concebido no âmbito do PAC 2 integra num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis

paraolímpicas e uma não olímpica. No exercício de 2013, foram selecionados 285 projetos que resultaram em 269 Termos de Compromisso assinados, distribuídos em 253 municípios das cinco regiões brasileiras: 18 no Centro-Oeste; 75 no Nordeste; 26 no Norte; 99 no Sudeste; e 35 no Sul. Atualmente são 254 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto. Essa etapa contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em Outubro/2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIE's autorizados ao início da obra. No período do próximo PPA, diversos CIEs estarão atendendo a população e impulsionando o esporte nacional.

1.1.5 PREPARAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Outro grande desafio instituído pelo Ministério do Esporte foi o de coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como a implantação da infraestrutura esportiva necessária, entre os anos de 2012 a 2015 – foco do objetivo 0687.

No decorrer dos quatro anos do PPA 2012-2015, o Ministério do Esporte, por meio das ações de Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, atingiu seus objetivos de construir as instalações olímpicas, ampliar o legado destes jogos, e promover melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos e de competição. Para tanto, foram desenvolvidas parcerias com alguns órgãos federais (como Universidades e Ministérios), estaduais, municipais e distritais.

As instalações dos Jogos Olímpicos foram divididas em quatro áreas. São elas: Barra da Tijuca, Deodoro, Copacabana e Maracanã. O Ministério do Esporte é responsável pelo orçamento do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro.

No Parque Olímpico da Barra serão disputados os jogos de dezesseis modalidades olímpicas e dez modalidades paraolímpicas. A área da Barra é composta por nove instalações, dentre elas o Velódromo e o Centro Olímpico de Esportes Aquáticos. Foi investido nos quatro anos do PPA um total de R\$ 722.905.313,69 no Parque Olímpico da Barra em quatro instalações. Os investimentos federais ano a ano foram de R\$ 261.405.538,00 em 2013, R\$ 226.622.419,26 em 2014 e de R\$ 203.891.404,27 em 2015. O Parque Olímpico da Barra teve 88,45% de execução física em 2015.

O Complexo de Deodoro é formado por doze instalações olímpicas divididas em Área Norte, Área Sul e Domínio Urbano. Entre as instalações olímpicas podemos citar o Centro Olímpico de Hóquei e o Estádio Olímpico de Canoagem Slalom. O complexo irá receber atletas de onze modalidades olímpicas e quatro paraolímpicas durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O Complexo de Deodoro teve em 2015 85,09% de sua execução física concluída. Durante o PPA 2012-2015, o governo federal investiu R\$ 659.656.939,39 na Área Norte, R\$ 177.440.742,71 na Área Sul e R\$ 101.034.710,87 no Domínio Urbano, totalizando um investimento federal de R\$ 938.132.392,97.

Considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, foi criado o Plano de Políticas Públicas - um conjunto de obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura. O documento foi divulgado em 16 de abril de 2014 e atualizado em 24 de abril de 2015. No Plano de Políticas da União estão incluídas as obras do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/LADETC) e dos Centros de Treinamento. No LBCD/LADETEC foram investidos R\$ 160.582.428,23 entre os anos de 2012 e 2015. Este se encontra em funcionamento no novo prédio desde agosto de 2014. As obras do LBCD/LADETEC foram concluídas em julho de 2014. Quanto às obras de renovação em instalações de treinamento para o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, estas consistem em projetos financiados pelo Governo Federal especialmente como legado no Plano de Políticas Públicas.

Para a complementação da infraestrutura esportiva, o Ministério do Esporte está construindo e/ou reformando Centros de Treinamento Oficiais, entre eles o CCFEx, com 94% de execução física concluída e R\$ 20.464.681,99 de investimento. No total serão dez instalações de treinamento, sendo sete delas parte do escopo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com um investimento total de R\$ 188.408.619,52.

Destaca-se ainda que no ano de 2014 ocorreu a conclusão da parceria com o Ministério da Defesa para obras de construção, ampliação, reformas, adequações, aquisição de equipamentos e melhoria de toda a infraestrutura e logística de centros de treinamento olímpicos que estão sob a gestão das Forças Armadas. Foi realizada também parceria com o Ministério de Minas e Energia - MME para a geração, transmissão e distribuição das linhas de energia do Parque Olímpico da Barra, com um investimento do ME de R\$ 167.031.264,54. Em 31/12/2015, as obras relacionadas diretamente aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 alcançaram uma média geral de 95% de execução física

Considerações finais

Ao longo do PPA 2012-2015 foram muitas as conquistas no campo do esporte. No tocante aos grandes eventos esportivos, a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 foi bem sucedida. Para tanto, foi decisiva a liderança do governo federal na gestão integrada de atores públicos, coordenando esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado. Quanto aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o Governo Federal atingiu seus objetivos de construir as instalações olímpicas, ampliar o legado destes jogos, e promover melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos e de competição. Ao lado dessas conquistas, um importante desafio que fica para o PPA 2016-2019 é ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos estudantes da educação básica.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4	31/12/2013	54,08	31/12/2014	45,76	31/12/2015	35,43
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	31/12/2010	193,22	31/12/2012	211,92	31/12/2013	229,156	31/12/2014	246,48	15/02/2016	247,6225

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Quadro de Metas

Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação	7.432.960,00	Crianças, adolescentes e jovens escolares	3.747.035,00	Não houve crescimento orçamentário compatível com a ampliação do acesso de beneficiados perseguida de 50% ao ano, além do grande corte orçamentário ocorrido no exercício de 2012. No ano de 2015, não houve nova adesão das escolas. O MEC manteve as mesmas escolas que aderiram ao programa em 2014. O número foi menor devido ao fato de algumas escolas estarem inadimplentes e dessa forma não terem possibilidade de receber o recurso financeiro para desenvolver o programa.
Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	228,00	Projetos esportivos	233,00	
Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	553,00	Municípios	90,00	Com a fusão das Secretarias SNEED e SNDEL, a SNELIS passou a contar com um orçamento muito reduzido para fazer face ao crescimento exponencial que se esperava para todos os programas que passaram a integrar esta pasta, não sendo, portanto, compatível o orçamento destinado aos Programas PELC e Vida Saudável com a meta estabelecida por município.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.	553,00	Municípios	291,00	Com a fusão das Secretarias SNEED e SNDEL, a SNELIS passou a contar com um orçamento muito reduzido para fazer face ao crescimento exponencial que se esperava para todos os programas que passaram a integrar esta pasta, não sendo, portanto, compatível o orçamento destinado aos Programas PELC e Vida Saudável com a meta estabelecida por município.

Objetivo: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão

Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.	100,00	%	98,30	
Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.	475,00	Torcidas organizadas	200,00	Tendo por finalidade a elaboração de estudo e medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o Ministério do Esporte deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos – CONSEGUE, dando andamento e avançando com a criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da CONSEGUE na tomada de decisões.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.	100,00	%	100,00	

Objetivo: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários	30.000,00	Voluntários	6.156,00	Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários. Contudo, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi concretizado o apoio de 6.156 voluntariados, os quais aderiram ao Programa Brasil Voluntário e foram convocados após o cumprimento de documentação e seguro de vida. Porém, cabe ressaltar que pela FIFA foram mobilizados 152.100 voluntários.

Objetivo: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Ministério do Esporte

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.066.819	3.250.924	548.334	13.604.763	4.174.542
Despesas Correntes	719.736	683.017	283.983	3.774.692	1.477.377
Despesas de Capital	2.347.083	2.567.907	264.351	9.830.071	2.697.166
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.066.819	3.250.924	548.334	13.604.763	4.174.542

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.